

CÉSAR DARIO MARIANO DA SILVA

PROVAS ILÍCITAS

- Princípio da Proporcionalidade
- Interceptação e Gravação Telefônica
- Busca e Apreensão
- Sigilo e Segredo
- Confissão
- Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e Sigilo

6^a Edição

editora
atlas

Resumo de Provas Ilícitas

Em um regime democrático de direito o processo tem de ser pautado pela estrita legalidade. A produção probatória, que, sem dúvida, é a fase mais importante do processo, deverá balizar-se de acordo com o ordenamento jurídico vigente para que possa ser apta a demonstrar um fato ocorrido.

Várias normas constitucionais existem e devem ser observadas no processo. Porém, nenhum direito ou garantia consagrado na Constituição é absoluto. Havendo dois ou mais direitos e garantias constitucionais em conflito, serão eles sopesados para saber qual preponderará.

Esta é a tônica do livro, em que o autor defende que há necessidade da observância de todas as normas constitucionais que regem o processo penal e o civil, sem, contudo, haver a possibilidade da utilização de direitos e garantias fundamentais para a salvaguarda de práticas ilícitas.

São objetos de consideração as provas obtidas por meios ilícitos e a possibilidade de sua utilização em casos excepcionais e graves, tanto em benefício quanto em prejuízo do acusado (princípio da proporcionalidade).

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)